

MINISTRO ANTÓNIO BARRETO:

## Editorial

As eleições de domingo próximo constituem um duplo exame: um exame para a Democracia e um exame para o Governo. Uma forte abstenção representaria um desgosto para os democratas, para os que acreditam na Democracia e significaria um mau presságio para o Governo do dr. Mário Soares. Teríamos um sintoma de fadiga e de descrença, que encheria de nuvens o nosso futuro. Efectivamente é importante criar-se a consciência de que a Democracia é frágil ainda em Portugal, e que é frágil devido a dois factores: de um lado, o País não tem democratas em número suficiente para a construção rápida e eficaz da Democracia (nem à direita, nem à esquerda) e, de outro, o País é pobre. Ninguém ainda descobriu a forma para uma implantação fácil de um novo regime político num ambiente de fome, de miséria e de preocupações profundas do povo. Por outro lado ainda, adensam-se as preocupações sobre a ideia que realmente fazem da Democracia aqueles que dizem querer implantá-la. Vemos o Conselho da Revolução a publicar legislação sem que esta seja discutida e a chamar a si o poder de designar de futuro, ignorando portanto as eleições, os brigadeiros e os generais; vemos Conselheiros da Revolução a partirem para visitas oficiais a países estrangeiros e a requisitarem jornalistas da Agência Nacional para os acompanharem; vemos ainda o Conselho da Revolução a exigir verbas ao orçamento do Estado sem que este se comporte de outra forma que não seja através dos sacrifícios do povo; vemos o Alentejo transformado num campo de dramas, onde corre sem nexo o dinheiro da Nação sob o impulso de um Partido Político que forçou a promulgação de leis fundamentais sem que o povo as tivesse discutido. Realmente a Democracia, assim ofendida, tem dificuldade em impor-se num País onde a recebam com uma explosão de incontinente júbilo vão decorridos dois anos e meio. Que fizeram pela Democracia aqueles que disseram querer implantá-la? A esquerda portuguesa, que dizia ser a única portadora da bandeira democrática, o que fez? Desacreditou a Democracia. Hoje, a Democracia tem poucos crentes. A seguir a 25 de Abril, os que se diziam democratas - é certo que alguns auto-designaram-se democratas só porque trocaram as guerras de

(Continua na pág. 6)

# Prestação de contas no Alentejo

«Comandos em Santa Margarida»



Perante milhões de portugueses o ministro da Agricultura e Pescas, dr. António Barreto, anunciou ontem à população um conjunto de medidas que se pretende que venham «lavar» a tão denegrida face

da Reforma Agrária no Alentejo, vítima de manipulações partidárias tendentes à «sovietização» do país. O dr. António Barreto é considerado, depois de Sotomayor Cardia, um dos grandes redutos deste Governo, que, após ter analisado fria e objectivamente a situação económica da agricultura e do sector das pescas, vem propor, através do seu plano da política agrícola e da Reforma Agrária, as medidas necessárias para resguardar do caos e do oportunismo político, os trabalhadores alentejanos, bem como salvar o Alentejo da esterilidade a que uma política agrária com a anterior poderia conduzir.

Entretanto, em Santa Margarida, a poucos quilómetros de Beja, Jaime Neves e os comandos estão atentos e prontos a juntar-se às forças da GNR locais e actuar em caso de resistência por parte dos sítiantes das herdades recentemente devolvidas aos seus legítimos proprietários designadamente nos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Na comunicação que o ministro António Barreto fez ontem ao país perante as câmaras de televisão ficou bem patente a resolução firme do Ministério da Agricul-

(Continua na pág. 6)



Comentários do «Tempo» ao relatório das sevícias (pág. 18)

## 13.º mês em dinheiro: direito dos portugueses

Os portugueses têm direito ao 13.º mês em dinheiro e nada justifica as indecisões que se têm verificado neste domínio. Não se chegou a concretizar a mudança de atitude do Governo anunciada por alguns órgãos de informação na 3.ª feira. Tudo leva a crer, contudo, não haver decisão definitiva antes do fim do mês corrente. Nestes termos é imoral impedir os portugueses de receberem antes do Natal o subsídio que consagra esta quadra. A forma mais correcta de resolver o problema (resultante de uma indiscutível indecisão e perturbação do Governo) é pagar imediatamente o 13.º mês deixando para depois de Janeiro a discussão de uma Lei que estabeleça um regime de poupança forçada considerada necessária à sobrevivência económica do País.

Como se sabe, os partidos políticos mostraram-se reticentes quanto a esta medida e a opinião pública reagiu também mal à sua aplicação.

Principalmente, a opinião pública condena a decisão, alegando que o Governo não tem sido firme na defesa dos dinheiros públicos, tendo gasto já milhões de contos com a questão agrária, subsidiando empresas falidas, outras que não têm viabilidade comprovada (é o caso da Imprensa estatizada) pagando altos salários a gestores que não são competentes e não se mostrando resolutos

(Continua na pág. 6)

na aplicação de medidas que aumentem a produção nas fábricas, nos campos e nos serviços. Em tais condições é difícil encontrar clima propício à promulgação de leis que visem retirar aos trabalhadores precisamente aos mais esforçados e aos mais competentes que são os que têm melhores salários - o produto da sua dedicação em favor da Democracia e do País.

### CONVENÇÃO SECRETA PS/PCP?

É possível que se tenha estabelecido uma convenção secreta entre o PS e o PCP no sentido de que o Partido Comunista aprove na Assembleia da República o projecto do decreto-lei sobre a poupança forçada, com garantia de que o produto dos Títulos do Tesouro, assim arrecadados, seja aplicado na construção de habitações.

Nesta ordem de ideias estaria a aprofundar-se a chamada «maioria de esquerda» entre o PS e o partido de Álvaro Cunhal.

### APROVAÇÃO PARA QUANDO?

Anteontem, só ao fim do dia, o diploma deu entrada na Assembleia da República. Ontem foi feriado pelo que estiveram fechados os serviços

(Continua na pág. 6)

## TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA EM ESPANHA

### Socialistas «Obreros» em congresso

Do nosso enviado especial HUMBERTO FERREIRA

MADRID (TEMPO) - Por telefone - O povo espanhol teve a oportunidade de participar numa importante amostra de convivência democrática, na sua caminhada firme e moderada para a democracia. Esta nova etapa da emancipação do povo espanhol acaba de ser concretizada com a realização do 27.º Congresso do Partido Socialista Obrero Espanhol, há 44 anos proibido de se reunir em território de Espanha.

Também nós pudemos, assim, respirar e viver pela primeira vez, um autêntico ambiente democrático, na capital de Espanha, num local não muito distante do palácio onde está instalado o gabinete do primeiro-ministro Suarez e do monumental conjunto de edifícios designados por «novos ministérios». Este congresso realizou-se no hotel Melia Castilla e reuniu cerca de 3000 participantes, numa demonstração plena da vitalidade da linha política que o PSOE representa em toda a Espanha dos nossos dias.

O povo espanhol soube, assim, ratificar, mesmo antes do referendo da próxima quarta-feira, destinado a legitimar a tão falada reforma política, a sua indeclinável vocação, escolhendo o seu futuro pela via da democracia, aberta a todas as correntes políticas, não obstante os habituais entraves com que certas forças minoritárias - os ultras da direita e da esquerda - teimam em lançar pela calada da noite nesta caminhada histórica para o futuro livre. Bastante significativo, porém, é o facto do Governo de Adolfo Suarez ter demonstrado, pelo menos até agora, estar disposto a acatar as regras deste complexo jogo, com uma considerável dose de bom senso e dentro de um ritmo absolutamente controlável.

(Continua na pág. 7)

## Projecção no futuro

Da nossa correspondente CONCHITA GUERRERO

MADRID (TEMPO) - Por telex - Ao primeiro congresso do Partido Socialista Obrero Espanhol, realizado em Madrid desde há 44 anos, assistiram os maiores nomes do socialismo mundial ao mesmo tempo que uma parte da população espanhola ferve de impaciência para conseguir a implantação das liberdades democráticas.

Quatro notícias recolhidas da mesma página de um jornal da tarde de segunda-feira dão-nos conta deste clima de insatisfação, coincidindo com a realização do congresso socialista.

Quatro bombas explodem nas instalações da Televisão em Madrid, Monte de Navacerrada - a principal estação transmissora - e outros postos, com a consequente paralisação dos serviços.

Em San Sebastian, recontros com (Continua na pág. 6)

## AS ELEIÇÕES DE DOMINGO:

# O Povo em plena Democracia

Os portugueses serão dentro de três dias uma vez mais chamados às urnas numa consulta fundamental para a institucionalização e consolidação da democracia. Desta feita, é a organização democrática do poder local que está em causa, para o que o eleitorado escolherá livremente - o que sucede finalmente após meio século de desvio autocrático - a constituição dos órgãos das autarquias locais, elegendo os cidadãos que hão-de dirigir nos próximos três anos a administração regional e lutar pelos interesses locais.

É esta a terceira eleição que este ano se efectua (as duas anteriores destinaram-se aos órgãos de soberania, a Presidência da República e a Assembleia Legislativa ou Parlamento) e a quarta após o movimento do 25 de Abril, que restituiu ao povo as liberdades, embora graves desvios se tenham verificado ao longo do processo, sobretudo entre a operação do «28 de Setembro» e 25 de Novembro de 1975, como agora acaba de ser oficialmente compro-

vado no relatório sobre as sevícias e torturas aplicadas até ao «25 de Novembro», quando se retomaram o espírito e os objectivos do movimento dos «capitães».

As eleições para as autarquias constituem, pois, um passo importante nos caminhos da democracia que o País está a trilhar, por vezes enfrentando dificuldades e vicissitudes. Além de democraticamente permitir a organização do poder local, vai ratificar ou rectificar as posições dos principais partidos, do que poderá inclusivamente resultar um realinhamento partidário, e, mesmo, constituir um teste para o partido agora no poder e que se dispôs a governar por quatro anos, período constitucionalmente fixado para cada legislatura. Embora não se deva encarar o acto eleitoral de domingo como um plebiscito ou referendo do Governo, a verdade é que os resultados do sufrágio serão de certo modo decisivos para o futuro do Gabinete socialista. De resto, o próprio primeiro-ministro, na sua re-

cente aparição televisiva, admitiu possíveis implicações eleitorais, ao encarar uma posterior reflexão, já que o PS não está disposto a governar contra a vontade do povo.

Muitas dezenas de milhares de candidatos - o total ultrapassa os cento e sessenta mil - são mobilizados nestas eleições destinadas à constituição dos órgãos representativos dos municípios de 304 concelhos e das 3262 freguesias, sem contar com os que farão parte das assembleias e juntas das restantes seiscentas freguesias, onde, por existirem menos de trezentos eleitores, não haverá sufrágio universal, antes as pessoas serão escolhidas em plenários dos recenseados. Por outro lado, são onze os partidos ou organizações agrupados em coligações ou frentes eleitorais que disputam em todo o País (continente e ilhas) as eleições, cuja campanha termina amanhã, após dez dias de propaganda, que levaram à realização de muitos milhares de comícios e sessões de es-

(Continua na pág. 4)

## 5.ª feira JÁ!

Atingiu as raíais do ridículo o famigerado caso de parte do 13.º mês ser pago em títulos do tesouro - a chamada poupança forçada, eufemismo da miséria a que este país chegou. Enquanto o Governo parece preocupar-se fundamentalmente com discursatas demagógicas, com vedetismos televisivos, neste aturdimento eleitoralista em que os partidos se procuram devorar uns aos outros, isto é, devorando o próprio Povo, a Democracia, o País, vamos ficando fartos de tanta improvisação, de tanta demagogia, de tanta tolice. A meia dúzia de dias do Natal, ainda o decreto anda em bolandas: primeiro era inconstitucional, agora sofreu alterações e ninguém sabe ao certo o que é. Acima de sete contos para uns, um catorze avos para outros; e vai ser discutido - pode levar dias, pode ficar para Janeiro. E quanto se paga? E quanto se recebe? E como é que se obriga o povo a pagar o que uns tantos delapidaram louca, impunemente?

Exija-se trabalho aos portugueses. Mas reconheça-se aos portugueses o direito de receber em dinheiro o fruto do seu trabalho.

P. D.

# OMEGA a precisão



ELECTRÓNICO CALENDÁRIO E DIA DA SEMANA-AÇO

DYNAMIC AUTOMÁTICO CALENDÁRIO-AÇO

CRONOMETRISTA OFICIAL DOS JOGOS OLÍMPICOS





# AS ELEIÇÕES DE DOMINGO: O POVO EM PLENA DEMOCRACIA

## CANDIDATOS À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

### Aquilino Ribeiro Machado / PS

cuidados de reanimação e poupa-se-lhe o «estertor», ou tem ainda uma vitalidade insuspeitada e vai ter de a mostrar para bem de todos nós.

«TEMPO» — **Pode isto significar que o PSD teria desistido a médio prazo de aceitar uma eventual coligação com o PS?**

S.C. — A pergunta não tem razão de ser, uma vez que o PS continua a declarar que não fará coligações.

Para que cada um assuma as suas responsabilidades, lembro porém, a seguinte frase da intervenção de Sá Carneiro: «Temos perfeita consciência de que, como está provado historicamente, as lutas sistemáticas entre socialistas e sociais-democratas abriram sempre o caminho a ditaduras de um ou de outro dos extremos».

«TEMPO» — **As declarações de Sá Carneiro após a entrevista com o dr. Mário Soares poderão considerar-se mais como um resultado das declarações do líder socialista em Genebra em relação ao PSD?**

S.C. — A nossa atitude em relação ao Governo do Partido Socialista seria a mesma, ainda que tais declarações se não tivessem verificado.

Mas não pode passar em claro a traiçoeira afirmação de nos termos «colado» ao PS, quando tem sido o dr. Mário Soares quem, invocando a gravidade da situação do País e apelando para os nossos sentimentos patrióticos, tem repetidamente implorado a nossa boa vontade para com o seu Governo.

Quanto à afirmação de que não somos sociais-democratas, não nos incomodou por aí além. Já estamos habituados: os comunistas repetem-na constantemente. É mais uma convergência entre eles e o sr. dr. Soares, a quem não reconhecemos qualquer título para nos passar atestados positivos ou negativos. Temos no entanto uma proposta a fazer: o STAPE que faça uma análise sociológica comparativa entre as listas para as autarquias. Por aquilo que sei, estou convencido de que se chegaria a resultados muito interessantes: na província, a maior parte da «burguesia letrada» enfileira no PS ou no CDS. Conosco estão, na esmagadora maioria, trabalhadores, incluindo nestes, bem entendido, os artesãos e os agricultores.

de modo nenhum, a nossa identidade política e de modo nenhum defendemos o apartidarismo. Nós, no Partido Comunista, combatemos a ideia de que a «frente» é uma forma de apagar o Partido Comunista, ou que tende ao desaparecimento do Partido Comunista. Os partidos políticos existem por razões muito diferentes e existem porque existem classes. E enquanto existirem classes os partidos têm que existir. Mas a «frente» formou-se com objectivos muito concretos. Pode proporcionar a que se formassem listas, o mais largas possível, sem atender à composição partidária. Isso não quer dizer que não tenha composição partidária. Mas portanto, se isto vai influir na linha política de um partido ou de outro, é provável... E esse partido, depois dos resultados da «frente» e depois das experiências da «frente», decidirá, neste aspecto concreto, se deseja proceder a esta ou àquela correcção, pois é perfeitamente lógico que isso suceda».

Um outro ponto que abordámos junto deste candidato à Assembleia Municipal diz respeito à possibilidade de a FEPU manter a sua actividade e a sua orientação para lá das eleições. Acrescentou Jaime Serra:

«Na verdade, a lei eleitoral permite que uma frente que se constituiu para as eleições possa prosseguir posteriormente. É evidente que esta frente se formou, como o próprio nome indica, para estas eleições. O que ela será depois, se prosseguir, se não prosseguir, é um problema que aos componentes da «frente» compete decidir na altura própria, sendo prematuro estar agora a dizer algo a esse respeito».

As eleições para as Autarquias são o passo definitivo para a construção da democracia representativa entre nós.

O Partido Socialista sempre se bateu por uma efectiva autonomia dos Municípios como condição para a existência de um verdadeiro poder local. Consideramos que a restituição às populações duma capacidade real de resolverem os seus próprios problemas se traduzirá, na prática, por um significativo arranque para o desenvolvimento económico e social do País. Entendemos, no entanto, que é condição essencial dotar as Autarquias com os meios técnicos e financeiros adequados para que o poder local se revista do necessário conteúdo. Assim, estamos firmemente determinados a lutar para que a reforma das finanças locais, neste momento em preparação no Governo, seja o instrumento que permitirá consolidar toda a arquitectura do poder local.

O problema dos recursos financeiros é, sobretudo, sensível em Municípios com elevadas implantações urbanas onde as despesas provoca-

das pela manutenção do património e a prestação de serviços se apresentam demasiado pesadas face às magras receitas que é possível recolher.

O Município de Lisboa encontra-se nesta matéria particularmente desfavorecido e a solução não passa já pelo aumento das taxas, uma vez que o contribuinte lisboeta é, nesta altura, o mais onerado do País. Todavia, Lisboa desempenha funções de capital do território é esse facto que lhe acarreta encargos suplementares, terá de ser compensado a nível nacional.

Será sob esta óptica que os socialistas procurarão salvaguardar em primeira instância os interesses do concelho.

Devido a uma situação caótica provocada por um passado de desenfreadas especulações, o crescimento do aglomerado lisboeta fez-se sem qualquer organicidade.

Estamos, por conseguinte, perante um estado de coisas que urge atacar decididamente, procurando, mediante uma adequada utilização



dos espaços ainda existentes, reintroduzir na cidade a coerência funcional que lhe falta. Trata-se de uma tarefa de larga amplitude em que não haverá margem para os interesses privados poderem, como até aqui, continuar a sobrepor-se nos interesses colectivos.

Como natural corolário desta verificação é imperioso que se aplique a todas as zonas ainda por urbanizar a lei dos solos. Entre os problemas mais graves, com que a cidade se

debate destacam-se à cabeça os que concernem a habitação, os transportes e equipamento urbano e, ainda aos circuitos de distribuição dos géneros essenciais e respectivo controlo de preços. Para todas estas questões propomos medidas adequadas no programa de gestão que elaborámos.

Assim, julgamos que a habitação social deverá ser privilegiada, que os transportes públicos deverão ter preferência absoluta sobre os transportes individuais e que a distribuição de géneros alimentícios deverá ser assegurada através da criação de infra-estruturas que sirvam simultaneamente para melhorar o abastecimento da população e dotar o comércio retalhista com melhores condições de funcionamento e sobrevivência.

O País atravessa, neste momento, uma grave crise que está a ser combatida com firmeza pelo Governo Constitucional. As Autarquias podem e devem contribuir para a recuperação que está a ser tentada. Pensamos que o Município de Lisboa poderá participar nesta tarefa, ac-

tuando sobre alguns dos factores que mais afectam a carestia da vida e, desse modo, poupar às populações os sacrifícios mais duros. Este é um dos propósitos norteadores de toda a acção que os socialistas pretendem levar a efeito.

A complexidade dos problemas que a gestão de um Município como o de Lisboa levanta, pressupõe que, para lhes dar resposta, se encontra à testa do município gente tecnicamente capaz. Foi por esse motivo que a lista dos socialistas integra alguns técnicos altamente especializados nos sectores que mais interessam à cidade. Deste modo, quer nos domínios do urbanismo, da habitação, das finanças, da circulação de transportes, da saúde e assistência, da integração regional, dos abastecimentos e preços, quer ainda no plano das acções culturais e da comunicação social, o Partido Socialista assume, perante o eleitorado, a responsabilidade de construir uma cidade diferente para uma sociedade nova — uma cidade mais humana onde seja mais agradável e mais fácil viver.

### Helena Roseta / PSD



Encaro com optimismo as próximas eleições.

Apesar do cansaço natural e das limitações desta campanha, apesar das desigualdades de tratamento entre o Partido do Governo e os restantes partidos nos meios de comunicação social estatizados, creio sinceramente que não haverá grande abstencionismo nestas eleições.

O precedente das eleições regionais dos Açores e da Madeira mostra-nos que a população, quando é chamada a pronunciar-se sobre problemas concretos, ocorre com mais interesse e afluência do que nas eleições gerais.

No entanto, em Lisboa o caso é diferente.

Aqui, o cansaço e a saturação política são maiores; o descrédito do Governo é maior; o pouco apego às coisas locais — de resto, grande parte dos residentes não é natural de Lisboa — é desmobilizador.

Por isso, tenho chamado a atenção, nesta campanha, para a **necessidade de os lisboetas votarem** — pois se o não fizerem perdem o direito de se queixar.

Por outro lado, Lisboa tem dado, sucessivamente, primeiros lugares ao PS e segundos ao PC.

Julgo que é altura de **modificar este estado de coisas.**

A população da cidade nada lucrou com a gestão dita «progressista» do MDP/CDE nem com a gestão militar, submissa ao Governo, que se lhe seguiu.

Chegou a altura de **dizer não à «maioria de esquerda» ou mesmo à tentação dela.**

É que, com as oscilações do PS, nunca sabemos para que lado eles se irão definir amanhã...

E o Povo Unido está, decerto, a contar com essa confortável «maioria», já que isolado e sem distarces fica reduzido à minoria de activistas do PCP e seus satélites.

O PPD/PSD, consciente da gravidade e da responsabilidade de gerir e controlar democraticamente a Câmara de Lisboa, **desafiou os outros partidos para um debate público.**

Só o PPM acedeu. Temos, por nós, um programa muito desenvolvido, a consciência tranquila, o desejo de lutar pela verdade e pela justiça.

Chego a pensar que os outros partidos, ou não estão preparados para o debate, ou têm medo de um confronto conosco... Dai que as eleições nos possam **trazer alguma**

surpresa, mas prefiro não profetizar. A Câmara Municipal de Lisboa é a Câmara mais rica do país.

Dispôs o ano passado de um orçamento da ordem dos 2.800.000 contos, o que permite prever, com a taxa de inflação actual, verbas de 3.000.000 contos para os próximos anos.

As gestões dos pós-25 de Abril não resolveram os principais problemas da cidade: os investimentos representam uma parcela mínima do total dos gastos, os planos que se projectam não se cumprem, as verbas que se orçamentam não se esgotam, ao fim do ano registam-se saldos positivos elevados (300.000 contos em 1974, 560.000 contos em 1975).

Isto traduz **não uma gestão eficaz mas sim uma enorme incapacidade de execução.**

As causas são diversas, mas uma delas é a **ausência de controle democrático** das decisões camarárias.

De resto, o partido do Governo, pela legislação que produziu, **não está interessado em criar** esses mecanismos de controle.

Nós, sociais-democratas, temos uma posição totalmente diferente: queremos que a **Assembleia Municipal** seja, verdadeiramente, um órgão de crítica e controle das decisões camarárias.

Dai que tenha insistido e volte a insistir na necessidade de todos, em Lisboa, votarem. Dar 3.000.000 de contos à maioria de esquerda, não será demais?

### Martins Canaverde / CDS



A venda ambulante será disciplinada e o matadouro de aves reorganizado.

Poucas cidades, como Lisboa, por essa Europa Ocidental fora, onde nos inserimos, dispõem de um parque florestal como Monsanto, que será preservado e fomentada a sua utilização pela população, a favor de quem serão construídos parques de recreio e de lazer e desporto, de maneira a que disponha de locais para ocupação dos tempos livres.

Nas partes Ocidental e Oriental de Lisboa, grandes centros comerciais e de serviços deverão ser construídos.

O peão e o utente dos transportes colectivos, merecerão a nossa atenção prioritária e pena é que na recente revisão do Código da Estrada teoricamente a favor do peão, não se tenha atentado na realidade, como aliás vem sendo prática do Governo Socialista, que muito promete e pouco faz ou faz mal.

Quanto a terrenos para construção, evitar-se-á a especulação, bem como a sua colectivização.

Os terrenos municipais serão aproveitados para fins sociais nomeadamente para construção de habitações destinadas às classes menos favorecidas.

O trânsito e os transportes serão devidamente repensados. Considero, nas actuais circunstâncias, um falso dilema o de optar-se entre transporte público — transporte privado.

Antes de mais, será estudada a vantagem da construção de centrais de camionagem inter-urbana e parques de estacionamento e a sua localização.

Os transportes colectivos, nomeadamente, a Carris e o Metropolitano, terão de estar ao serviço da cidade e a sua supervisão deveria depender, em meu entender, do Município e não do Estado, com cujo Governo urge resolver a participação que o Município tinha nessas empresas.

A rede do metropolitano será ampliada bem como estabelecido um tipo de «mini-bus» mais económico e adequado à circulação lisboeta.

O funcionamento dos semáforos, será revisto, por forma a duplicar a fluidez do trânsito, como sucede na Alemanha.

A comodidade e segurança das pessoas nas ruas, praças, parques e demais lugares públicos serão asseguradas.

Enfim, Lisboa será pensada como um centro de progresso social, moral e material, na perspectiva de uma grande área metropolitana que engloba os concelhos limítrofes e não com o objectivo de fazer de Lisboa uma megalópole, sem se perder de vista que é uma capital do Mundo Livre.

Conosco, Lisboa terá um grande monumento à Liberdade e à Democracia, se a população nisso estiver de acordo e para isso contribuir.

## Em quem votar?

Conscientes da nossa obrigação de fornecer aos nossos leitores os dados mínimos que lhe permitam; enquanto eleitores, fazer uma opção lúcida para o seu voto, «Tempo» preparou um esquema muito simples de apresentar os principais partidos e

frentes eleitorais candidatos às eleições do próximo domingo, através dos respectivos símbolos, para cada partido ou frente apontando a qualificação política que deverão ter os cidadãos que pretendem confiar-lhes os seus votos. Assim temos:



para os eleitores SOCIALISTAS



para os eleitores SOCIAIS-DEMOCRATAS



para os eleitores DEMOCRATAS-CRISTÃOS



para os eleitores COMUNISTAS



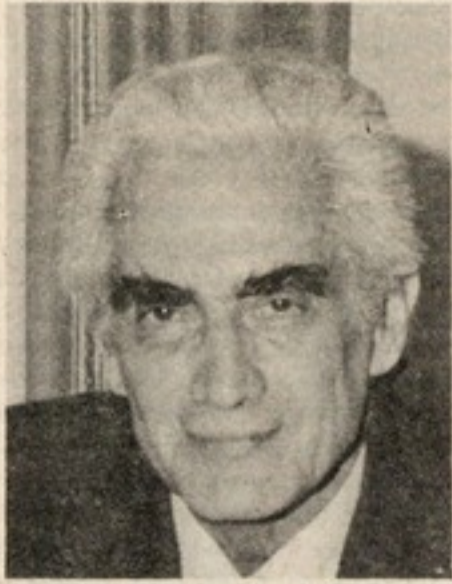
para os eleitores da EXTREMA-ESQUERDA

ESPERANÇADO NUMA ALIANÇA PS-PCP

# Cunhal espera uma maior votação nas eleições para as autarquias

LONDRES (TEMPO) — O «Financial Times» publica, do seu correspondente em Lisboa, o seguinte comentário:

«O Partido Comunista Português, pró-soviético, reuniu-se num Congresso Nacional de quatro dias, tendo pedido ao Governo socialista que abandonasse a «recuperação capitalista» em favor de uma aliança com a esquerda. «Continuaremos a lutar contra políticas anti-soviéticas», disse o secretário-geral do Partido, dr. Álvaro Cunhal, no seu discurso dirigido a cerca de 5000 comunistas, portugueses e delegados estrangeiros, incluindo o dirigente soviético para as ligações com os partidos ocidentais, sr. Boris Ponomarev.



banhadores». Disse esperar que a amostragem nas próximas eleições «nos deixará numa melhor posição para defender a democracia e pressionar uma substituição do presente Governo», que excluiu os comunistas.

«A única esperança para a Revolução é uma aliança entre socialistas, comunistas e outros progressistas» — acrescentou.

Focando os problemas que criaram abertamente uma cisão entre

socialistas e levaram ao pedido de demissão, a semana passada, do ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, o dr. Cunhal aconselhou o dr. Soares a não voltar atrás com a Reforma Agrária que resultou na expropriação de perto de um milhão de hectares durante os últimos dois anos.

Soares recusou sempre aberturas com os comunistas, os quais condena por ligações «antidemocráticas» com o golpe abortado de Novembro passado, e com os partidos do centro. Argumenta que uma aliança com o centro daria aos comunistas a oportunidade de ser «o único partido dos trabalhadores dentro de alguns anos, seriam tão fortes como os comunistas italianos».

Se os comunistas não entrarem para o Governo — esclareceu o dr. Cunhal — «continuarão a organizar os trabalhadores». Salientou, ainda, «experiências positivas» no controlo operário e colectivização, mas lembrou a crença do partido em como greves, demonstrações e encerramento de fábricas são, também, armas legítimas se as políticas de recuperação capitalista continuarem».

Cunhal expressou «total confiança» em como o seu partido aumentará a percentagem de votos nas eleições para as autarquias locais, a realizar no próximo mês, dos 7,6% dos votos que obtiveram nas eleições presidenciais em Junho, argumentando que as recentes medidas de austeridade do Primeiro-Ministro socialista, dr. Mário Soares, para salvar a economia, tinham «alienado os tra-

# dactilógrafa profissional em apenas 14 horas senão...

... o seu curso será gratuito.

Qualquer pessoa poderá agora aprender a escrever à máquina com todos os dedos, e sem olhar para o teclado, o que para nós significa que se torna uma dactilógrafa profissional em 14 horas apenas.

Dispomos do mais moderno e completo sistema de ensino de dactilografia, o mais experimentado método audiovisual utilizado em 28 países e agora também em Portugal.

Peça-nos uma demonstração.

Horários à sua escolha desde as 9 às 21 h.

Inscrições permanentes.



Centro Sight and Sound

Rua Filipe Folque, 46 - 4.º (ao Saldanha) — LISBOA-1  
Telefones 573960 - 561683



**A FORÇA DO SOM NA QUALIDADE DOS INSTRUMENTOS**

**FARFISA**

Representantes CUSTÓDIO CARDOSO PEREIRA & C.ª em Portugal - Rua do Carmo, 11 - Lisboa / Tel. 324076 370647

**GRANDE OURIVESARIA DA MODA**

RUA DA PRATA, 257

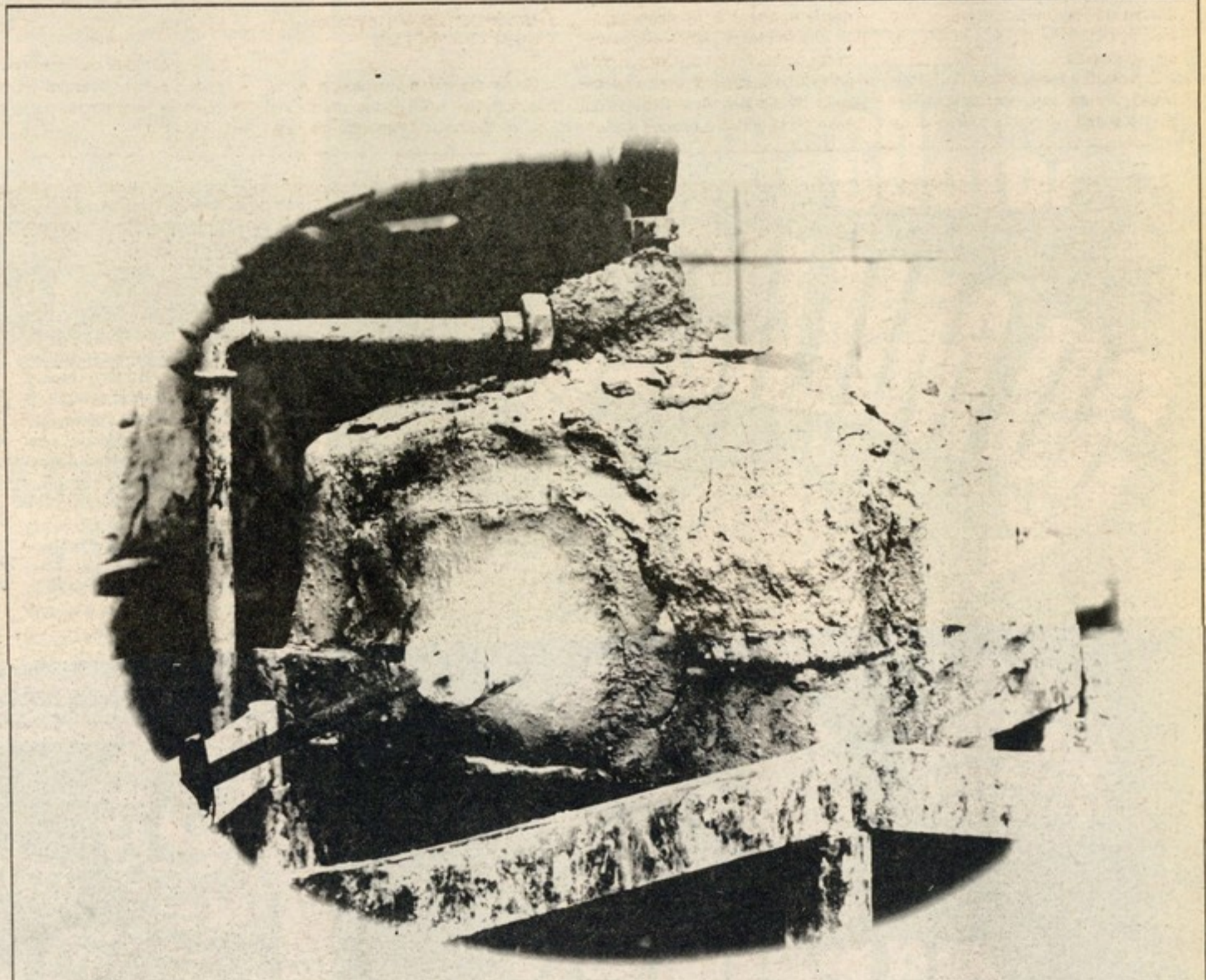
**EXTERNATOS CRISFAL**

AVENIDA DA REPÚBLICA, 52 e 83  
TELEFONE 76 96 20 e 77 90 47

**BATAS PROFISSIONAIS**

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confeções  
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA



# inovar para poupar!

Poupar energia é um imperativo nacional. Pô-lo em prática na sua Empresa, é, além disso, um imperativo racional. Se quer continuar na vanguarda do progresso procure e estude também novos processos de fabrico que necessitem de menores quantidades de energia (térmica ou eléctrica). Substitua o fabrico de produtos em que o consumo de energia seja predominante. Ou por outros que desempenhem a mesma

função e gastem, no seu fabrico menores quantidades. Ponha a sua iniciativa e a sua imaginação criadora ao serviço de um Portugal mais próspero. Poupe energia. É no dia a dia que se relança a economia. OS TÉCNICOS DA DIRECÇÃO GERAL DE COMBUSTÍVEIS ESTÃO À SUA DISPOSIÇÃO. CONSULTE-NOS. PODE OBTER SUBSÍDIOS PARA MELHORAR RENDIMENTOS NA SUA FÁBRICA.

**Portugal não pode gastar tanto**

**POUPE COMBUSTÍVEL**